

POTENCIALIDADES E DESAFIOS NA ÁREA CULTURAL DA MICRORREGIÃO DE LINS: UM OLHAR PÓS-LEI ALDIR BLANC

Aparecida de Fátima Martins de Paula¹

RESUMO

Este estudo visa identificar as potencialidades e desafios na área cultural de cinco municípios pertencentes à microrregião de Lins, que correspondem às cidades de Lins, Getulina, Cafelândia, Guaiçara e Sabino, a partir do diagnóstico e análise de dados coletados em entrevistas com os gestores culturais desses municípios, com base na experiência vivenciada por eles e nos cadastros dos trabalhadores da cultura durante a implantação da Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020). Com base na escuta dos cinco gestores e nas experiências reais vivenciadas no processo pandêmico, foram levantadas as fragilidades e potencialidades nesse processo a fim de indicar uma solução coletiva por meio da formação de uma rede. Os governos locais estão numa posição privilegiada para promover ativamente o debate democrático em suas comunidades e criar espaços em que os cidadãos possam exercer os seus direitos e ampliar suas capacidades, para serem protagonistas do presente e para decidirem o seu futuro.

Palavras-chave: Lei Aldir Blanc. Política Pública. Cultura. Rede Cultural.

1 Formada em Artes Cênicas pela Escola Macunaíma (SP), em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e em Gestão Cultural pelo Centro de Pesquisa e Formação (CPF), do Sesc SP. Possui cerca de 25 anos de experiência profissional como atriz e produtora, com atuação voltada para o litoral paulista e o interior de São Paulo. É fundadora e gestora do Núcleo de Pesquisa Coletivo ALLEGRO, que tem como foco a pesquisa da cultura popular, tradições e história das comunidades da região Centro-Oeste Paulista. Durante a pandemia de Covid-19, coordenou o projeto voluntário Produção e Escrita Cidadã, voltado a artistas, produtores, grupos e coletivos do interior de São Paulo e Baixada Santista, com o objetivo de dar ferramentas e apoio para a aplicação da Lei Aldir Blanc. Em 2022, passou a integrar o grupo gestor do projeto Alinhando Redes Culturais na Microrregião de Lins, resultado da pesquisa que desenvolveu na região. E-mail: fatimamartins17@outlook.com.br.

ABSTRACT

This study aims to identify the potentialities and challenges in the cultural area of five municipalities in the microregion of Lins, which corresponds to the cities of Lins, Getulina, Cafelandia, Guaíçara and Sabino, from the diagnosis and analysis of data collected in interviews with cultural managers of these municipalities, based on the experience lived by them and the records of culture workers during the implementation of the Aldir Blanc Law (Law No. 14.017, 2020). Based on listening to the five managers and the actual experiences lived in the pandemic process, the weaknesses and potentialities in this process were raised in order to indicate a collective solution of a network formation. Local governments are in a privileged position to actively promote democratic debate in their communities and create spaces in which citizens can exercise their rights, expand their capacities, to be protagonists of the present, and to decide their future.

Keywords: Aldir Blanc Law. Public Policy. Culture. Cultural Network.

INTRODUÇÃO

Durante o ano de 2020, o Brasil fechou as portas em vista do aumento dos casos de Covid-19 que se multiplicavam em nosso país. Nesse contexto, a cultura foi um dos setores mais imediata e intensamente prejudicados, ao ter suas atividades suspensas, o que produziu um impacto direto na economia. Os equipamentos culturais, como museus, bibliotecas, teatros e casas de cultura, não puderam ser utilizados, para evitar a circulação e aglomeração de pessoas nos seus espaços. A suspensão imediata da programação cultural e dos editais públicos que estavam previstos para o período desencadeou uma crise no setor cultural, afetando diretamente a rede produtiva que envolve artistas, artesãos, técnicos, diretores, cenógrafos, figurinistas, produtores, dramaturgos, compositores, camareiras, bilheteiros e todos os pertencentes à classe trabalhadora artística.

Em estudo realizado por Cunha (2021) foi possível observar, através de dados disponibilizados em 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a situação dos trabalhadores da cultura no Brasil, destacando a instabilidade econômica que a informalidade provoca nesse setor. Foi identificado que 44% dos trabalhadores que estavam envolvidos com o setor cultural se declararam autônomos, definição que aponta a ausência de vínculo empregatício, sem renda fixa, carteira assinada nem

contratos de longo prazo. A pesquisa *Percepção dos impactos da Covid-19 no setor cultural e criativo do Brasil* aponta um cenário preocupante. No período anterior à pandemia, a previsão era de que, até 2021, o campo da cultura contribuiria com US\$ 43,7 bilhões para o PIB do país. Porém, o setor viu sua renda diminuir significativamente: 48,8% dos agentes culturais perderam integralmente sua receita entre maio e julho de 2020 (AMARAL; FRANCO; LIRA, 2020, p. 2).

O isolamento social revelou uma necessidade da reelaboração de políticas públicas emergenciais em todos os setores. Na cultura, a criação da chamada Lei Aldir Blanc — Lei n. 14.017/2020, proposta pela deputada Benedita da Silva (PT- RJ) por meio do Projeto de Lei 1075/20, em março de 2020 e promulgada em junho do mesmo ano —, consistia no repasse do valor de 3 bilhões de reais da União para estados e municípios, que ficariam responsáveis em atender, por meio de auxílios emergenciais, editais de premiações e financiamento de propostas de projetos artísticos e culturais, como estratégia para a descentralização dos recursos a fim de alcançar todas as regiões do país.

Sob essa perspectiva, foi realizado um estudo de análise de políticas públicas pelos pesquisadores Lopes e Garcia para a implantação da Lei Aldir Blanc no município de Franca, ressaltando suas exigências:

Conforme exposto no texto da lei 14.017 e no documento “Cartilha, Memória e Análise da Lei Aldir Blanc”, podem ser considerados aqui os principais pontos e normativas da lei: A transferência ser realizada a um fundo público cultural ou capaz de operar o recurso de acordo com seu regimento; a necessidade de cadastro em sistema nacional, municipal ou estadual cultural (Pontos e Pontões de cultura, inclusão no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, entre outros); a obrigatoriedade de aplicação dos recursos em parcelas de auxílio emergencial; recursos para manutenção de espaços, cooperativas e microempresas culturais e a promoção de chamadas públicas, premiações e editais para atividades culturais transmitidas via internet. (LOPES; GARCIA, 2020, p. 6)

A Lei Aldir Blanc proporcionou a descentralização dos recursos e atribuiu a responsabilidade da aplicação a estados e municípios que receberem os mecanismos destinados ao acolhimento dos artistas para sua sobrevivência. Em uma ação emergencial, gestores públicos e trabalhadores da cultura iniciaram um processo conturbado de troca de informações. Esse

cenário provocado pela pandemia escancarou uma fratura exposta no setor de políticas públicas dos municípios dessa região, demonstrando a fragilidade do sistema e apontando a deficiência histórica na organização das secretarias de cultura, formação dos gestores e equipes técnicas, a falta de articulação com outros departamentos, tudo contribuindo para alijar os trabalhadores da cultura dos recursos financeiros e da participação efetiva em espaços democráticos de debates que visassem a construção coletiva de políticas públicas para o setor.

É dentro desse contexto que se lança um olhar para cinco municípios da microrregião de Lins e busca-se entender esse processo. Neste estudo, será apresentada a microrregião e as singularidades de cada localidade.

METODOLOGIA

Os dados apresentados neste estudo estão alicerçados em informações obtidas nos arquivos das cinco prefeituras em junho de 2022 e em entrevistas realizadas com os gestores culturais de cada município analisado. Para a efetivação das entrevistas, foi criado um questionário pelo aplicativo Google Forms, através do qual pudemos obter detalhes sobre o funcionamento da área cultural em cada município e como se dá o processo de efetivação da Lei Aldir Blanc. O formulário incluía quinze perguntas:

- Qual o nome da cidade e do gestor?
- Qual função ocupa dentro do município?
- Qual o valor recebido pelo município proveniente da Lei Aldir Blanc?
- A cidade implantou a Lei Aldir Blanc?
- Qual foi a porcentagem de atendimento alcançada com a Lei Aldir Blanc?
- A cidade realizou o cadastro dos artistas e espaços culturais?
- Quantos artistas e espaços culturais foram cadastrados?
- Qual o número de equipamentos culturais públicos e privados que a cidade possui e são de uso da população? Descreva-os.
- A cidade implantou o CPF – Conselho, Plano e Fundo de Cultura? Se sim, descreva os desafios desse processo.

- A cidade participa de editais públicos?
- A cidade busca parcerias com outras instituições?
- A cidade possui associações ou fundações culturais?
- Quantos projetos culturais (cursos, eventos, oficinas, espetáculos) estão em andamento? Quantos com intenção de implantação? Descreva os projetos culturais do seu município.
- Quais os maiores desafios enfrentados em seu município na área cultural?
- Para o processo de formação na área cultural quais seriam os temas sugeridos para ajudar artistas, coletivos, grupos e gestores culturais no desenvolvimento de políticas culturais locais?

As informações complementares não contempladas no formulário, como o valor do orçamento destinado para cultura e o relato de experiências, foram posteriormente obtidas em interlocuções remotas e presenciais.

APRESENTAÇÃO DA REGIÃO

Figura 1: mapa ilustrativo da microrregião de Lins.



Fonte: elaborado pela autora, com a colaboração de Dairzey Abnara².

A microrregião de Lins está localizada no noroeste do estado de São Paulo e é composta por oito municípios³, entre eles Lins, Guaçuara, Cafelândia, Getulina e Sabino, com população que varia de 5 a 80 mil habitantes. Essa região destaca-se por ter características históricas, culturais e geográficas semelhantes. A distância entre os municípios é de no máximo 32,5 km, e é uma região que enfrenta desafios para a criação de políticas culturais efetivas e participativas em suas comunidades.

A região Centro-Oeste Paulista teve seu desenvolvimento econômico impulsionado no final do século XIX e início do século XX, durante a chamada República do Café com Leite (1889–1930). Esse longo período da história do Brasil foi marcado pela alternância de poder entre a elite de São Paulo (o maior produtor de café) e de Minas Gerais (o maior produtor de leite), que assim garantiam o domínio do cenário político. O protagonismo econômico do café, para o interior do estado de São Paulo, fomentou o crescimento de suas cidades nas terras anteriormente habitadas pelos

2 Mapa ilustrativo elaborado com base no mapa do estado de São Paulo publicado no portal “Nosso São Paulo” (<https://www.nossoaopaulo.com.br>). O objetivo dessa representação imagética é facilitar a compreensão das características de cada um dos cinco municípios contemplados na pesquisa.

3 Além dos cinco municípios aqui pesquisados, a microrregião inclui ainda os de Guaimbê e Júlio Mesquita, ao Sul, e Promissão, ao Norte.

povos originários. A brutalidade dessa política foi responsável por um dos maiores genocídios da história do Brasil, no qual inúmeros grupos indígenas do território foram exterminados, tomando as terras produtivas para o plantio do café.

O desenvolvimento econômico da região contou com a mão de obra de migrantes de vários estados do Brasil e de imigrantes trazidos ou atraídos ao país, de origem japonesa, italiana, espanhola e árabe, o que acirrou a política de desigualdade social da incipiente República.

A economia cafeeira refletia essa riqueza da elite em contraste com o povo humilde das colônias das fazendas, marcados pelo voto de cabresto e pelo poderio dos grandes coronéis. A partir da década de 1930, com o declínio do café e expansão da industrialização, ocorreu um grande êxodo rural, com o deslocamento dessa população para as cidades. Já nas décadas de 1960 e 1970, durante o período da ditadura militar, essa região foi tomada pelos grandes frigoríficos e usinas de açúcar e álcool, que absorviam a mão de obra vinda das fazendas, fomentando um pequeno comércio local.

Essa região tem características culturais semelhantes em sua arquitetura, em suas memórias e em sua organização política e econômica. É importante observar que esses fatores históricos e econômicos contribuem de forma determinante para a criação de políticas culturais dessas cidades, tendo em vista que historicamente as prefeituras são comandadas por uma elite econômica que não valoriza a cultura como política de transformação, o que colabora para que a valorização e organização nesse setor sejam tão problemáticas e desarticuladas. Até meados dos anos 1990, não existia uma preocupação com a criação de secretarias ou diretorias de cultura nesses municípios. Havia apenas uma articulação para criar cargos de confiança no setor, geralmente comissionados, isto é, ocupados por pessoas designadas pelo prefeito, atrelados a outras secretarias, sem autonomia e sem orçamento, sendo responsáveis apenas pelos eventos comemorativos da cidade e sem participação efetiva dos artistas do município.

A partir da virada do século, com a ocupação dos espaços de poder político federal por grupos progressistas, iniciou-se um debate sobre essas questões, o que contribuiu para a articulação de territórios culturais fortalecidos e gerou interesse em desenvolver políticas públicas voltadas ao setor cultural.

Em três dos municípios pesquisados — Lins, Guaiçara e Cafelândia —, foi criada inicialmente a diretoria de cultura, abrindo espaço para um novo olhar para o setor. Em Lins e Cafelândia houve um avanço até 2018, e as diretorias alcançaram status de secretaria. A política cultural

é restrita somente aos gestores e permanece na elaboração de algumas oficinas formativas de teatro, música e artes plásticas. Todavia, a ênfase ainda está nos eventos do calendário cívico dos municípios. Segundo as informações disponíveis, até 2020 não existia um cadastro para identificação dos artistas locais nem qualquer avanço na participação efetiva dos trabalhadores, artistas e pensadores culturais para a formulação da criação do CPF da Cultura. A partir de 2018, com o retrocesso na política federal, a desarticulação do Ministério da Cultura e as novas eleições municipais, os pequenos espaços conquistados foram sendo desarticulados. Em Lins, atualmente Cultura e Turismo dividem a mesma pasta. A Secretaria de Cultura de Cafelândia foi incorporada a outras e passou a ser chamada de Coordenadoria. Já em Getulina e Sabino, sempre houve o cargo de diretor de cultura comissionado, mas não havia equipamento público, orçamento nem equipe técnica vinculada a essa diretoria.

Em 2020, com o agravamento da pandemia, esse é o cenário organizacional apresentado e é nessas condições que cada um desses municípios é convidado a pôr em prática a Lei Aldir Blanc e repassar os recursos destinados ao setor atendendo a uma demanda significativa de trabalhadores da cultura.

RADIOGRAFIA DOS MUNICÍPIOS DURANTE A IMPLANTAÇÃO DA LAB

Lins

Segundo dados do IBGE, Lins possui uma população de 78.978 mil habitantes e é o polo aglutinador da região, por ser o centro comercial, de saúde (hospital) e educacional (faculdades e universidades), atraindo assim a população dos municípios vizinhos para usufruir dos seus bens e serviços.

Há cerca de vinte anos, Lins iniciou uma organização estrutural do setor cultural, que evoluiu de Diretoria para Coordenadoria de Cultura e, atualmente, Secretaria de Cultura. Em 2020 incorporou a Secretaria de Turismo a sua pasta, mas permaneceu com o mesmo número de funcionários e equipamentos. Atualmente possui doze funcionários, oito estagiários, três menores aprendizes, oito professores das oficinas e um coordenador. O orçamento anual para a pasta em 2022 foi de 2.752.919,20 (dois milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, novecentos e dezoito reais e vinte centavos). A permanência da mesma gestora na equipe

técnica nos últimos anos possibilitou a implantação da Lei Aldir Blanc, mas não evitou as dificuldades e desafios no processo.

Para a entrevista com a gestora da cidade, procurou-se estabelecer perguntas para obter os dados armazenados nos arquivos da secretaria. Lins recebeu através da Lei Aldir Blanc 551 mil reais em 2020. Foram cadastrados 90 artistas, sendo 41 trabalhadores da cultura e 49 artesãos, e 3 espaços culturais. Apenas 28 deles foram atendidos em 2020 e 37 em 2021, sendo que a maioria dos trabalhadores beneficiados nesse ano já havia sido gratificada em 2020. Dos três espaços culturais cadastrados, apenas dois foram contemplados. É interessante observar que a cidade reconhece vários espaços de cultura (afro, capoeira, terreiros, ateliês e salão de dança). Segundo a gestora, todos foram contatados, mas a adesão foi limitada.

A pesquisa aponta que, da parte da gestão municipal, houve um esforço para cumprir a tarefa que lhe cabia na aplicação da Lei Aldir Blanc, mas a falta de equipe técnica, os entraves burocráticos, legais e de cadastro limitaram seu êxito, impondo desafios a serem superados nos próximos editais. Da parte dos artistas, a falta de formação em produção cultural, escrita de projetos e desconhecimento da legislação impossibilitaram uma inserção mais ampla. Outro fator interessante é que, a partir desse encontro do poder público com os artistas diante da necessidade de cumprir as exigências da Lei Aldir Blanc, começou a ser realizado um cadastro dos trabalhadores do setor, o que estabeleceu uma relação mais próxima entre os dois e mostrou a necessidade de se implantar o CPF (Conselho, Plano e Fundo da Cultura), processo esse atualmente em andamento.

Quando perguntamos sobre os desafios da gestão, a resposta se foca na escassez do orçamento e de recursos humanos com formação técnica em legislação para a implantação de projetos. Outro fator interessante na pesquisa é sobre os projetos culturais desenvolvidos no município:

- Projeto Sonhar, com oficinas culturais de teatro, música, dança, pintura e contação de histórias oferecidas por educadores da cidade;
- Semana da Cultura Japonesa;
- Auto de Natal;
- Natal Iluminado;
- Mostra de Teatro, com recursos provenientes do edital Amigos da Arte;
- Circuito Sesc de Artes, em parceria com o Sesc-SP;

- Projeto Guri, em parceria com o Governo do Estado de São Paulo;
- Festa do Padroeiro (Santo Antônio).

A cidade conta também com uma Orquestra Sinfônica organizada como uma Organização Social sem fins lucrativos, com orçamento anual de 600 mil reais, composto por um subsídio municipal de valor de 200 mil reais mais 400 mil reais provenientes de parceiros da Lei Rouanet e do Proac ICMS. Outra questão mencionada é o fato de a maioria dos músicos provir de outra cidade (Tatuí), quando em Lins já há educadores musicais formados como fruto desse projeto. Outras organizações importantes são a Associação dos Artesãos, que tem uma diretoria e ocupa um dos equipamentos públicos, em parceria com a pasta de Cultura e Turismo, e a Banda Municipal Benedito Marinho, que também é uma OS subsidiada pela Prefeitura, que recebeu em 2022 105 mil reais.

Os equipamentos culturais públicos descritos na pesquisa são:


- Casa de Cultura, que abrange um salão com palco (atualmente em reforma), salas multiuso para oficinas e uma área aberta;
- Museu Histórico de Lins (antiga estação ferroviária);
- Biblioteca Pública Municipal;
- Casa do Artesão.

Muitos eventos são realizados em parceria com entidades privadas, como a Associação dos Japoneses (ABCEL) e o Clube Linense, das quais a Prefeitura aluga seus salões. A cidade aderiu a alguns projetos do Governo do Estado, como o Ponto MIS, que promove a exibição gratuita de filmes, e o Programa de Oficinas Culturais da Poiesis, além de editais públicos como “Juntos pela Cultura”, coordenado pelos Amigos da Arte, em apoio a grupos que vêm se apresentar na cidade, através do Proac.

Quadro 1: município de Lins.

| CONHECENDO A MICRORREGIÃO DE LINS | | |
|--|-------------------------------|--|
| LINS | Lei Aldir Blanc | Valor do recurso recebido: 551.394,00 Sua cidade implantou a Lei? Sim, 100% Fez cadastros de artistas? Sim Quantos cadastrados? 90 cadastrados, sendo 41 trabalhadores da cultura e 49 artesãos. Espaços culturais cadastrados: 03 Quantos receberam o recurso da Aldir Blanc? 28 em 2020, 37 em 2021, 02 espaços subsidiados em 2021. |
| POPULAÇÃO: (IBGE - 2021) 78.978 HABITANTES | CPF da Cultura | Sua cidade implantou o CPF da Cultura (Conselho, Plano e Fundo de Cultura)? Temos o Conselho Municipal e o Fundo de Cultura. O desafio é manter o Conselho atuante e implementar o Fundo com destinação de recurso. Não temos o Plano Municipal de Cultura. |
| ORGANIZAÇÃO CULTURAL PÚBLICA: SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO | Equipamentos Culturais | Casa de Cultura (sala amplo com um palco) mas está em reforma. Biblioteca Municipal – com grande acervo e em funcionamento Museu – em funcionamento Espaço Cultural com oficinas de Circo, teatro Projeto Guri – Parceria com o Governo do Estado 2 Salões de festas particulares (parceria para eventos) e Casa do Artesão |
| | Associações | Casa do Artesão - Utiliza espaço público. Banda Municipal Benedito Marinho (OS) recebe um subsídio da Prefeitura de R\$105.000,00 (cento e cinco mil reais). Orquestra de Lins (OS) recebe recursos da Lei Rouanet e Proac ICMS no valor de R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais) e R\$200.000,00 (duzentos mil reais) da Prefeitura de Lins. Associação dos Artistas Plásticos (independente). |

Quadro 2: questionário – Lins.

| CONHECENDO A MICRORREGIÃO DE LINS | |
|--|--|
|  | QUESTÕES ABERTAS |
| | <p>1- Quais os maiores desafios enfrentados em seu município na área cultural?*</p> <p>R- Falta de recurso público para implementação de projetos; falta de recursos humanos com conhecimento da legislação na área.</p> |
| | <p>2- Descreva os projetos culturais do seu município. Quantos em andamento? Quantos com intenção de implantação? (Cursos, eventos, oficinas, espetáculos).*</p> <p>R- Oficinas Culturais - 8 em execução; Eventos culturais - Semana da Cultura Japonesa: Festa do Padroeiro, Mostra de Teatro; Auto de Natal; Programa Natal Iluminado- Circuito Sesc de Artes.</p> |
| | <p>3- Para o processo de formação na área cultural quais seriam os temas sugeridos para ajudar artistas, coletivos, grupos e gestores culturais no desenvolvimento de políticas culturais locais?</p> <p>R- Desenvolvimento de Projetos; Captação de recursos.</p> |
| | <p>4- O município participa de editais públicos? Quais?*</p> <p>R- Juntos pela Cultura; PROAC.</p> |

Fonte: elaborado pela autora.

GETULINA

Getulina, com 11.447 habitantes, tem em sua organização cultural uma Diretoria de Cultura, vinculada ao gabinete do prefeito, com um orçamento em 2022 de 200 mil reais. Atualmente tem dois funcionários, sendo a gestora cultural e uma auxiliar administrativa, e por isso não participou da Lei Aldir Blanc, pois em 2020 a pasta enfrentou dificuldades, como não ter infraestrutura mínima (sala, computadores e equipe técnica) e não possuir o Conselho de Cultura, o que dificulta o cumprimento de prazos e exigências legais. O valor destinado pela Lei Aldir Blanc foi

de R\$ 97.750,97 (noventa e sete mil, setecentos e cinquenta reais e noventa e sete centavos), que foi integralmente devolvido ao Fundo Estadual de Cultura. A gestão atual tem um espaço de trabalho dentro da Biblioteca Municipal (pequeno espaço com livros e atividades de contação de história). Os equipamentos culturais descritos foram:

- Biblioteca Municipal;
- O teatro municipal, que até 2020 estava fechado ou sendo subutilizado para fins não culturais (reuniões, formaturas);
- Um palco na praça;
- Casa do Artesão, vinculada à Prefeitura;

Dois salões de festa particulares, utilizados em parceria com o comércio.

Os eventos descritos são:


- Desfile da escolha da “Rainha da Festa do Peão”;
- “Festival de Viola”;
- “Mostre o seu Talento”, com artistas do município.

Getulina tem duas escolas de samba, a Unidos da Sapolândia e a Natalino Telozo. Atualmente desenvolve uma oficina de dança para meninas (balé). No último ano, foi contemplada com os editais Juntos pela Cultura (Tradição e Circuito) e parcerias de carta de anuência com o Proac (apoio a grupos que se apresentam na cidade), ambos em parceria com o Governo do Estado de São Paulo. Os maiores desafios elencados foram dirigir um departamento de cultura em um município de pequeno porte, o orçamento escasso e a pouca visibilidade. Cursos formativos na área de gestão e produção cultural são mencionados como necessidade para aprimoramento da equipe e dos artistas. A diretoria de cultura está em processo de organização e já cadastrou 32 artistas.

Quadro 3: município de Getulina.

| CONHECENDO A MICRORREGIÃO DE LINS | | |
|--|---|---|
| <p>GETULINA</p> <p>POPULAÇÃO: (IBGE - 2021) 11.447 HABITANTES</p> <p>ORGANIZAÇÃO CULTURAL PÚBLICA: DIRETORIA DE CULTURA</p> | <p>Lei Aldir Blanc</p> | <p>Valor do recurso recebido: R\$ 97.750,97</p> <p>Sua cidade implantou a Lei? Não. Devolvemos os recursos por não termos estrutura organizacional para implantação da Lei.</p> <p>Fez cadastros de artistas? Sim. São 32 artistas cadastrados.</p> |
| | <p>CPF da Cultura</p> | <p>Sua cidade implantou o CPF da Cultura (Conselho, Plano e Fundo de Cultura)? Não.</p> |
| | <p>Equipamentos Culturais</p> | <p>Teatro;</p> <p>Biblioteca Municipal;</p> <p>Palco na Praça;</p> <p>Salões de festas particulares – Usado para eventos em parceria com a prefeitura.</p> |
| | <p>Grupos de Cultura Organizados Atuantes no Município</p> | <p>Banda Municipal;</p> <p>Hip Hop;</p> <p>02 Escolas de Samba (Natalino Telozo e Unidos da Sapolândia).</p> |

Quadro 4: questionário – Getulina.

| CONHECENDO A MICRORREGIÃO DE LINS | |
|---|--|
|  | <p>QUESTÕES ABERTAS</p> |
| | <p>1- Quais os maiores desafios enfrentados em seu município na área cultural?*</p> <p>R- Não é nada fácil dirigir o departamento de Cultura em município de pequeno porte, pouco orçamento, baixa visibilidade.</p> |
| | <p>2- Descreva os projetos culturais do seu município. Quantos em andamento? Quantos com intenção de implantação? (Cursos, eventos, oficinas, espetáculos).*</p> <p>R- Juntos pela Cultura, com o Tradição e Circuito Cultural, Desfile da escolha da rainha da festa do peão, Festival de Viola, Mostre o seu talento com artistas do município.</p> |
| | <p>3- Para o processo de formação na área cultural quais seriam os temas sugeridos para ajudar artistas, coletivos, grupos e gestores culturais no desenvolvimento de políticas culturais locais?</p> <p>R- Capacitação para os gestores e artistas.</p> |
| | <p>4- O município participa de editais públicos? Quais?*</p> <p>R- Juntos pela Cultura e recebemos Proacs.</p> |

Fonte: elaborado pela autora.

GUAÍÇARA

O contingente populacional de Guaíçara é de 10.671 habitantes com base no IBGE e a criação de uma Diretoria de Cultura dentro do organograma da Prefeitura, que demanda do ano de 2013, possuía apenas um funcionário e dois prestadores de serviços. Com o passar dos anos, o departamento foi se estabelecendo e criando um sistema organizacional

mais sólido, com quatro funcionários e doze prestadores de serviços. O gestor atual está no cargo nos últimos três mandatos, o que contribuiu para uma melhor organização no atendimento às demandas da Lei Aldir Blanc. Atualmente, a Diretoria de Cultura conta com quinze funcionários, sendo um gestor, onze no setor administrativo e quatro educadores culturais. Não possui Associações Culturais, e os equipamentos culturais descritos são:


- Estação Criatividade Vereador Geraldino da Silva;
- Espaço Cultural Claudio Seto;
- Biblioteca Municipal;
- Projeto Vida Ativa;
- Complexo Esportivo;
- Câmara Municipal;
- Quadra das Escolas Municipais;
- Praça 13 de dezembro;
- Salão Paroquial.

Os cursos e oficinas elencados são de música, teatro, artesanato, cinema, fotografia, artes visuais, danças e artes plásticas. O município recebeu R\$ 102.083,31 (cento e dois mil e oitenta e três reais e trinta e um centavos) da Lei Aldir Blanc e cadastrou mais de sessenta artistas e um espaço cultural (Corporação Musical Ângelo Buzinaro). Os recursos foram repassados a quase todos os trabalhadores cadastrados e foi ponderada a necessidade de articulação com demais secretarias, a dificuldade de formação dos próprios artistas na elaboração de projetos e na organização das demandas dos editais e documentação. O maior desafio levantado pela gestão é a necessidade da implantação do CPF – Conselho, Plano e Fundo de Cultura, a formação da equipe técnica, considerada pequena para o atendimento das demandas, bem como a necessidade de cursos

Quadro 5: município de Guaiçara.

| CONHECENDO A MICRORREGIÃO DE LINS | | |
|--|------------------------|--|
| GUAÍÇARA POPULAÇÃO: (IBGE - 2021) 10.671 HABITANTES ORGANIZAÇÃO CULTURAL PÚBLICA: DIRETORIA DE CULTURA | Lei Aldir Blanc | Valor do recurso recebido: R\$ 102.083,31 |
| | CPF da Cultura | Sua cidade implantou o CPF da Cultura (Conselho, Plano e Fundo de Cultura)? Sim, já estamos no processo de implantação. |
| | Equipamentos Culturais | Estação Criatividade Vr. Geraldino da Silva (Casa da Cultura), Biblioteca Municipal, Complexo Esportivo, Câmara Municipal, Salão Paroquial, Salão do Projeto Vida Ativa, Quadra das escolas municipais, Salão Paroquial e Praça 13 de dezembro. Oficinas/Cursos: Oficinas de música, teatro, artesanato, cinema, fotografia, artes visuais, danças e artes plásticas. Quantos educadores culturais- 4. |
| | Associações | Não tem. |

Quadro 6: questionário – Guaiçara.

| CONHECENDO A MICRORREGIÃO DE LINS | |
|---|--|
|  | QUESTÕES ABERTAS |
| | 1- Quais os maiores desafios enfrentados em seu município na área cultural? R- Implantação do CPF da Cultura e Recursos Humanos. |
| | 2- Descreva os projetos culturais do seu município. Quantos em andamento? Quantos com intenção de implantação? (Cursos, eventos, oficinas, espetáculos). R- Curso, oficinas de música, teatro, artesanato, cinema, fotografia, artes visuais, danças e artes plásticas. |
| | 3- Para o processo de formação na área cultural quais seriam os temas sugeridos para ajudar artistas, coletivos, grupos e gestores culturais no desenvolvimento de políticas culturais locais? R- Elaboração de projetos, formação técnica básica para aulas coletivas e elaboração de portfólio. |
| | 4- O município participa de editais públicos? Quais? R- Sim. Juntos pela Cultura e recebe Proacs. |

Fonte: elaborado pela autora.

de capacitação para gestores, técnicos e artistas. Guaiçara participou dos editais do Governo do Estado de São Paulo como Juntos pela Cultura e Proac (apoio a grupos que se apresentam na cidade).

CAFELÂNDIA

Cafelândia possui uma população de 17.841 habitantes; seu orçamento previsto em 2022 é de R\$ 1.109.500,00 (um milhão, cento e nove mil e

quinhentos reais). O processo histórico da conquista do espaço político da cultura no poder público data de 2005, quando foi criada uma Diretoria de Cultura no município vinculada à pasta de Esporte e Turismo, que em 2009 foi elevada a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo. O status de Secretaria de Cultura, pasta com orçamento próprio, data de 2013, quando se iniciou a organização desse setor no intuito de criar um espaço para oficinas culturais e eventos. Em 1º de julho de 2022, durante o processo de pesquisa deste material, a Lei Complementar 00132/2022 extinguiu a Secretaria e a transformou em Coordenadoria de Cultura, junto com outros departamentos e secretarias.

Esse dado é relevante nesse processo e tem sido comum em vários municípios brasileiros, confirmando o retrocesso político federal, o desmonte e desvalorização da Cultura e a intenção de restringir os espaços de poder do setor. A coordenadoria atual possui catorze funcionários, sendo um gestor, três auxiliares administrativos, auxiliares de limpeza e oito educadores de arte. Os eventos do município são:

- Aniversário do município;
- Festa Junina, 9 de julho;
- Feiras de Artesanato;
- Semana LGBTQIA+;
- Consciência Negra;
- Cafeartes (Feira de Artes);
- Eventos de Natal.


Os Cursos oferecidos na Escola Municipal de Artes são: artes plásticas (adulto e infantil), balé infantil, teatro (adulto e infantil), dança (adulto e infantil), música (adulto e infantil) e artesanato (adulto) e yoga e bem-estar (adulto). Desenvolve, ainda, o projeto Cinema para todos, com a projeção gratuita de filmes em alta resolução aos finais de semana, para toda a população. São cinco os equipamentos ativos:

- Praça Beraldo Arruda, com palco ao ar livre;
- Espaço Cultural “Francisco Paulovic” (antigo Cine São José), espaço multiuso, usado para exibição de filmes, apresentações teatrais, exposições, palestras etc.;

- Escola Municipal de Artes e Coordenadoria de Cultura (antiga Estação Ferroviária), espaço integrado, que é sede da Biblioteca Municipal, onde acontecem todos os cursos de artes e até eventos culturais.

A cidade não tem nenhuma Associação Cultural cadastrada. O gestor aponta como desafio a continuidade dos projetos culturais por parte da gestão pública, pouca organização do setor artístico-cultural e dificuldades no acesso às leis de fomento, baixo orçamento e necessidade de incentivo para o desenvolvimento de cursos de formação na área cultural, como elaboração de projetos, formação técnica básica para aulas coletivas e elaboração de portfólio. A Prefeitura não desenvolveu encontros para discussão do CPF – Conselho, Plano e Fundo de Cultura. A cidade participa do edital Juntos pela Cultura.

Quadro 7: município de Cafelândia.

| CONHECENDO A MICRORREGIÃO DE LINS | |
|---|---|
|  <p>CAFELÂNDIA</p> | <p>QUESTÕES ABERTAS</p> <p>1- Quais os maiores desafios enfrentados em seu município na área cultural?*</p> <p>R- Continuidade dos projetos culturais, por parte da gestão pública. Falta de organização do setor artístico cultural e acesso às leis de fomento e incentivo.</p> <p>2- Descreva os projetos culturais do seu município. Quantos em andamento? Quantos com intenção de implantação? (Cursos, eventos, oficinas, espetáculos).*</p> <p>R- Temos diversos eventos que atendem o calendário cultural e festivo do Município: Aniversário do município, Festa Junina, 9 de Julho, Feiras de Artesanato, Semana LGBTQIA+, Consciência Negra, Cafeartes, Natal, etc. Cursos oferecidos na Escola Municipal de Artes: Artes Plásticas, Ballet Infantil, Teatro, Dança, Música e Artesanato. Projeto Cinema Para Todos, com a projeção de filmes em alta resolução aos finais de semana para toda a população gratuitamente. Todos os projetos em andamento e com a intenção de ampliar os cursos oferecidos nos próximos anos.</p> <p>3- Para o processo de formação na área cultural quais seriam os temas sugeridos para ajudar artistas, coletivos, grupos e gestores culturais no desenvolvimento de políticas culturais locais? Elaboração de projetos, formação técnica básica para aulas coletivas e elaboração de portfólio.</p> <p>4- O município participa de editais públicos? Quais?*</p> <p>R- Juntos Pela Cultura.</p> |

Quadro 8: questionário – Cafelândia.

| CONHECENDO A MICRORREGIÃO DE LINS | |
|---|---|
| <p>CAFELÂNDIA</p> | <p>Lei Aldir Blanc</p> <p>Valor do recurso recebido – R\$ 150.357,50 Sua cidade implantou a Lei? Sim, 100% Fez cadastros de artistas? Sim Quantos cadastrados? 26 Espaços culturais cadastrados – 0 Quantos receberam o recurso da Aldir Blanc? 22</p> |
| <p>POPULAÇÃO (IBGE - 2021) 17.843 HABITANTES</p> | <p>CPF da Cultura</p> <p>Sua cidade implantou o CPF da Cultura (Conselho, Plano e Fundo de Cultura)? Não.</p> |
| <p>ORGANIZAÇÃO CULTURAL PÚBLICA: COORDENADORIA DE CULTURA</p> | <p>Equipamentos Culturais</p> <p>Oficinas/Curso - Artes Plásticas, Ballet Infantil, Teatro, Dança, Música e Artesanato. Projeto Cinema para todos, com a projeção de filmes em alta resolução aos finais de semana para toda a população gratuitamente. Quantos educadores culturais- 7 Equipamentos públicos: Os equipamentos ativos: Praça Beraldo Arruda, que tem um palco ao ar livre (fazemos muitos eventos lá); O Espaço Cultural "Francisco Paulovic" (antigo Cine São José) - espaço multiuso que é usado como cinema, apresentações teatrais, exposições, palestras, etc. A Escola Municipal de Artes, Biblioteca e Secretaria da Cultura (antiga Estação Ferroviária), espaço integrado, que é sede da Biblioteca Municipal, onde acontecem todos os Cursos de artes e até eventos Culturais</p> |
| | <p>Associações</p> <p>Não tem.</p> |

Fonte: elaborado pela autora.

Os recursos recebidos pela LAB somaram R\$ 150.357,00 (cento e cinquenta mil, trezentos e cinquenta e sete reais). Em 2020 e 2021, foi cadastrado um total de 26 projetos, das mais variadas áreas, sendo 8 lives/cursos e 18 projetos de produtos culturais, como a confecção de esculturas, produção teatral, shows, pinturas em tela, trabalhos audiovisuais, pintura em mural, intervenção urbana entre outros. Receberam os recursos um total de 22 projetos.

SABINO

O município de Sabino tem uma população de 5.638 habitantes e uma característica turística marcante, pois é banhada pelos rios Dourado e Tietê (nesse território, os rios não são poluídos) o que atrai para a região um grande número de turistas das cidades vizinhas. O local não tinha uma diretoria de cultura até abril de 2022, portanto, não contava com orçamento próprio. A partir dessa data, passou a ser denominada Diretoria de Cultura, Esporte e Turismo. Nos últimos anos, houve a designação de um funcionário vinculado à Secretaria da Educação para “cuidar” da cultura. Até 2020, sem a organização da pasta, o município não foi beneficiado pela Lei Aldir Blanc. Entretanto, em 2022, dada a possibilidade de usufruir dos recursos liberados pelas leis Aldir Blanc 2 (4.399/2022) e Paulo Gustavo (LC 195/2022), houve o interesse em iniciar um processo de organização. Foi encaminhado para a Câmara Municipal um projeto de lei para criação do CPF de Cultura. O gestor que está designado neste momento esclareceu que iniciou um processo de cadastro que já consta com 16 trabalhadores, entre artesãos e culinharistas. Os equipamentos culturais elencados são:


- Uma biblioteca;
- Três salões com palco;
- Um palco na praia.

Entre as conquistas da nova diretoria de cultura estão cinco oficinas — de capoeira, canto coral, violão, violino e violoncelo. No quesito eventos culturais, estava prevista a apresentação do espetáculo *Rei Leão*, em outubro, e quatro eventos do Edital Circuito Cultural, do Juntos pela Cultura, em parceria com a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. Está sendo organizada a primeira associação Famusa (Fanfarra Municipal de Sabino). Aponta-se a necessidade de cursos na área de artes cênicas e artes plásticas. O maior desafio é a inexistência do orçamento, que só será estabelecido em setembro de 2022 para o exercício 2023.

Quadro 9: município de Sabino.

| CONHECENDO A MICRORREGIÃO DE LINS | | |
|--|-------------------------------|---|
| SABINO | Lei Aldir Blanc | Valor do recurso recebido: Não recebemos os recursos. Sua cidade implantou a Lei? Não. Fez cadastros de artistas? Fizemos em junho de 2022. Quantos cadastrados? 16 inscrições (artesões e culinaristas) Espaços culturais cadastrados: Não cadastramos Quantos receberam o recurso da Aldir Blanc? Não implantamos a Lei. |
| POPULAÇÃO: (IBGE - 2021) 5638 HABITANTES | CPF da Cultura | Sua cidade implantou o CPF da Cultura (Conselho, Plano e Fundo de Cultura)? Não. A diretoria de Cultura foi formada em abril de 2022. O prefeito acabou de fazer o projeto de Lei para ser votado na câmara, para o desenvolvimento do Conselho de Cultura e posteriormente o Fundo de Cultura. |
| ORGANIZAÇÃO CULTURAL PÚBLICA: DIRETORIA DE CULTURA | Equipamentos Culturais | Biblioteca 03 salões com palco. Palco da praia. Não tem casa de cultura. |
| | Associações | Estamos montando a associação da fanfarra municipal da cidade, a FAMUSA (Fanfarra Municipal de Sabino). Está em fase de finalização. |

Quadro 10: questionário – Sabino.

| CONHECENDO A MICRORREGIÃO DE LINS | |
|--|--|
|  SABINO | QUESTÕES ABERTAS |
| | <p>1-Quais os maiores desafios enfrentados em seu município na área cultural?*</p> <p>R- Até o momento a fase de desenvolvimento é um pouco lenta, tendo em conta que estamos trabalhando com recurso próprio, preso no orçamento e eventualmente não dando para desenvolver muita coisa por falta de recursos. Nossa Lei Orçamentária Anual faremos a partir de setembro desse ano.</p> |
| | <p>2-Descreva os projetos culturais do seu município. Quantos em andamento? Quantos com intenção de implantação? (Cursos, eventos, oficinas, espetáculos).*</p> <p>R- Espetáculo do Rei Leão em Outubro dia 08, conseguimos 04 eventos do Circuito - SP porém ainda a definir datas, Oficinas de Capoeira, Canto Coral, Violão, Violoncelo, Violino.</p> |
| | <p>3-Para o processo de formação na área cultural quais seriam os temas sugeridos para ajudar artistas, coletivos, grupos e gestores culturais no desenvolvimento de políticas culturais locais?</p> <p>R- Acredito que nossa região é carente de Artes Cênicas, seria excelente se acontecesse algo nesse campo e Artes Plásticas também.</p> |
| | <p>4- O município participa de editais públicos? Quais?*</p> <p>R- Sim. Amigos da Arte e Oficinas Culturais.</p> |

Fonte: elaborado pela autora.

IDENTIFICANDO AS FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES DOS MUNICÍPIOS

Diante da análise dos dados coletados nas entrevistas com os gestores e de uma escuta afetiva, foi possível levantar os desafios a serem superados. Os cinco municípios possuem características próprias relevantes, e foi possível identificar as fragilidades da gestão municipal em relação a sua organização e fortalecimento, como espaço de poder e de representatividade dos artistas ao longo da história. Lins, Guaiçara e Cafelândia conseguiram manter uma estrutura organizada, constantemente ameaçada e ainda atrelada a outras secretarias dentro do organograma da Prefeitura. Getulina e Sabino lutam para ser reconhecidos e precisam de um entendimento claro da importância da “Cultura” no seu papel transformador da sociedade. Todas as cidades carecem do espaço do diálogo com os trabalhadores da cultura, que se faz urgente e necessário por meio da criação e organização dos Conselhos de Cultura.

Outro fator identificado foi a dificuldade na aplicação e gestão dos recursos provenientes da lei. A insegurança jurídica e o pouco tempo para a implantação restringiram uma maior participação e equidade. A dificuldade em compreender o sistema e os dados disponibilizados nas plataformas estadual e federal para realizar os cadastros dos artistas foi apontada como um dos problemas, pois foram descritas como inacessíveis e complexas. Secretarias com equipes técnicas reduzidas e despreparadas, carentes de infraestrutura e insumos (computadores, impressoras e papel), constituem um cenário preocupante, assim como o perfil descrito dos profissionais da cultura beneficiados, que enfrentaram dificuldades na elaboração de projetos, documentação e organização, o que indica a necessidade de cursos de formação para todos os setores culturais. Outro fator limitante é o desconhecimento de como implantar o CPF de Cultura no município para atender às exigências legais.

As potencialidades identificadas têm como destaque as características culturais e históricas semelhantes de mais de um século nesta região. A distância reduzida entre os municípios pode facilitar o acesso aos bens culturais e a troca de informações. Algumas cidades já avançaram em sua organização e iniciaram a abertura para as novas políticas culturais. Experiências de construção própria dos cadastros dos trabalhadores e dos movimentos para o entendimento e criação do CPF de Cultura são importantes no processo. Lins, como referencial para os outros municípios, já possui uma experiência de associação bem-sucedida que pode ser exemplo para os demais, fora as parcerias com o comércio local que podem trazer para cidade o Circuito Sesc de Artes. Outro potencial observado foi a participação de todos os municípios nos editais do Juntos pela Cultura, promovido pela Associação Amigos da Arte e pelo Governo do Estado de São Paulo, que prima pela linguagem acessível e pouco burocrática, facilitando a adesão.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO: ALINHAVANDO REDES CULTURAIS

Esta pesquisa desenhou um cenário cultural de conquistas e desafios da microrregião de Lins que, quando olhado na sua integralidade, respeitando o mapa geográfico, histórico, cultural e afetivo, proporciona uma visão ampla do território, que tem uma conexão comum dos povos que nele habitam, desde os modos de viver, agir, interagir e construir os laços que os definem como comunidade.

Através de uma observação pautada na radiografia de cada cidade, construímos uma proposta de intervenção na realidade, sugerindo a implantação de uma “rede cultural” entre os municípios que priorizasse temas comuns e provocasse uma construção coletiva de soluções e parcerias, dando a oportunidade de nos posicionarmos enquanto pesquisadores e sujeitos históricos atuantes. Essa atitude não rompe com sistemas impostos, mas pode ser entendida como microrresistência com potencial para desenhar novas perspectivas no presente contexto.

O termo “rede cultural”, pensado em sua complexidade, pode ser definido de forma mais simplificada como uma coletividade de grupos, pessoas e instituições que aderem de forma voluntária e, com interesses comuns, partilham objetivos e projetos, compartilham uma afetividade e estão diretamente conectados. No Brasil, nos últimos anos, essa concepção está latente no campo das ideias, mas com poucos exemplos no campo prático. Algumas experiências relevantes são identificadas na Universidade da Bahia, no Fórum Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Cultura das Capitais, nos Municípios Associados em Minas Gerais e no “Culturando”, no interior de São Paulo, tendo este o formato de um consórcio de municípios, constituído em forma jurídica e com recursos e objetivos próprios.

O presente estudo teve como objetivo identificar as fragilidades e potencialidades da microrregião de Lins e aponta para uma solução coletiva de uma formação de rede. Os governos municipais estão em posição privilegiada para promover ativamente o debate democrático em suas comunidades e criar espaços em que os cidadãos possam exercer os seus direitos e ampliar suas capacidades, para ser protagonistas do presente e decidirem o seu futuro.

Manuel Gama (2019), em entrevista à revista *Extraprensa*, propõe que no trabalho em rede “o indivíduo afeta e é afetado, é sujeito e é sujeitado” (SILVA JR.; LIMA DA CUNHA, 2019 p. 2). Tomando essa definição no cenário da constituição da Lei Aldir Blanc, observando a forma como afetou diretamente a vida das instituições públicas dos cinco municípios estudados e dos coletivos de trabalhadores da cultura da microrregião, pensar na possibilidade da criação de uma rede é uma proposta ousada,

mas não desconectada da realidade, considerando que é urgente a troca de informações sobre a vivência, complexidade da LAB 1, os desafios futuros da LAB 2 e da Lei Paulo Gustavo, já aprovadas e aguardando regulamentação quando da redação deste artigo.

O desafio de construir uma rede com pequenos municípios do interior de São Paulo aponta para a observação de que a organização estrutural desses atores está partindo de uma estrutura organizacional pública, burocrática e amparada em uma centralidade. O professor Antônio Albino Rubim aponta experiências de redes com uma maturidade organizacional:

... é significativo no sentido de confirmar que as redes não trazem para a cena prioritariamente atores antes inexistentes, mas representam novos espaços a serem ocupados por atores já presentes no ambiente cultural. Isso não deve causar nenhum estranhamento, devido à amplitude do âmbito em análise, pois somente instituições com um mínimo de maturidade e consolidação podem se colocar em um território desta envergadura. Tal constatação não elimina, entretanto, o debate acerca da consideração das redes como novos atores, pois uma nova organização que conjuga atores já existentes pode funcionar em nova e distinta dinâmica de atuação, de tal modo que isto caracterize o aparecimento de um novo ator. (RUBIM, 2005, p. 41)

Tal discernimento institucional, em termos de políticas públicas na área, é contraditório nas comunidades da microrregião de Lins, que ainda disputam um papel definido e reconhecido no próprio organograma institucional dentro das prefeituras.

Neste estudo, partindo da análise das fragilidades e potencialidades, foram identificadas duas frentes de caracterização de “rede”. Uma direcionada à individualidade de cada município, como as parcerias entre as secretarias dentro das prefeituras com os artistas e trabalhadores da cultura, com universidades, comércios, associações, entre outros. A outra seria a da formação de uma rede da microrregião envolvendo os cinco municípios.

A rede de municípios pode contribuir para o desenvolvimento participativo e coletivo da microrregião. A primeira proposta efetiva de intervenção pauta-se na institucionalidade da rede cultural. Para isso, serão necessárias ações concretas, como a formação dos gestores, lideranças culturais e de parceiros que possam criar um modelo próprio de rede que atenda às expectativas e necessidades dessa comunidade.

A formação das equipes técnicas, de gestores e de trabalhadores da cultura poderá possibilitar a realização de cursos online e presenciais (de gestão e produção cultural, leis específicas do setor, novas tecnologias etc.), no sentido de capacitar seus quadros e reduzir custos, bem como facilitar a troca de informações. (Por exemplo os municípios que já criaram um instrumento para coletar os dados e realizar o cadastro dos trabalhadores da cultura poderão compartilhá-lo com os demais.) Os desafios comuns, como a falta de investimento, podem ser um incentivo para a busca de recursos junto às instâncias estaduais, federais e a parceiros privados, valendo-se das oportunidades abertas por emendas parlamentares, editais, financiamentos e patrocínios.

Outra contribuição pode ser a criação de um corredor cultural com o propósito de fomentar projetos itinerantes que possam circular entre os municípios, com uma logística que atenda a todos e assim contribua para o acesso e o intercâmbio das atividades culturais. É de fundamental importância promover um debate coletivo e formativo para criar espaços democráticos de participação dos trabalhadores da cultura, como a criação dos Conselhos de Cultura em cada cidade, com o intuito de contribuir para atender às exigências da Lei Aldir Blanc 2 e Paulo Gustavo. O estabelecimento de parcerias com as comunidades, universidades e outras instituições poderá atrair mais recursos e apoiar a criação de associações comunitárias e culturais autônomas a fim de proporcionar o protagonismo dos artistas e valorizar os trabalhadores.

Diante disso, a apresentação dos dados desta pesquisa para a comunidade cultural desse território só terá validade se provocar um debate instigante sobre o papel de cada um dos atores sociais nesse processo. Por outro lado, a composição com outros pares pode caracterizar uma nova dinâmica nesse contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei Aldir Blanc tornou-se historicamente um dos programas de maior investimento no setor cultural no país, ao descentralizar os recursos, dando protagonismo a estados e municípios, e assim atender, valorizar e incentivar os trabalhadores da cultura, proporcionando um amplo debate sobre as potencialidades e fragilidades específicas enfrentadas em cada canto do país. Esta pesquisa teve como finalidade oferecer escuta a um grupo de cinco gestores de pequenos municípios do estado de São Paulo para o relato de experiências reais vivenciadas no processo pandêmico.

O diagnóstico apresentado neste trabalho, apoiado nos dados levantados sobre a microrregião de Lins, contribui para um olhar mais detalhado

sobre a realidade desses pequenos municípios, permitindo mostrar aos próprios agentes culturais, gestores, artistas e trabalhadores, a importância de se construírem projetos que valorizem os saberes e a identidade de cada comunidade. Por maiores que sejam os desafios estruturais e financeiros para a construção de políticas públicas voltadas para sua realidade, é possível a organização dos municípios para enfrentá-los coletivamente.

É importante destacar o papel dos gestores dos cinco municípios, todos bem-intencionados e comprometidos na construção de uma mediação respeitosa entre poder público, artistas e sociedade, mas que se sentem isolados e pressionados em seus territórios. Essa situação revelou sua gravidade em face das exigências da Lei Aldir Blanc, o que motivou uma postura mais assertiva de cada um dos gestores, que, a seu modo, buscaram alternativas para atender às demandas, mostrando-se abertos e disponíveis para construir novos caminhos.

Neste estudo, apontou-se a necessidade de uma pesquisa aprofundada que possa inserir outros agentes culturais e a urgência na organização dos Conselhos de Cultura para que a proposta de “rede cultural” seja construída de forma coletiva, respeitando as peculiaridades de cada um e o interesse da maioria. Portanto, este é um trabalho colaborativo que pode agregar soluções eficazes e contribuir para o desenvolvimento cultural da região.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Rodrigo Correia do; FRANCO, Pedro Affonso Ivo; LIRA, André Luís Gomes. “Pesquisa de percepção dos impactos da COVID-19 nos setores cultural e criativo do Brasil”. Paris/Brasília: Unesco, 2020.
- BEZERRA, Tony Gigliotti. *Sistema Nacional de Cultura: conceitos, histórias e comparações*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.
- BRASIL. Senado Federal. *Emenda Constitucional n. 71, de 29 de dezembro de 2012*. Acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura. Brasília: Senado Federal, 2012.
- _____. Presidência da República. *Lei n. 14.017, de 29 de junho de 2020*. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Brasília: Presidência da República, 2020.
- _____. *Lei Complementar n. 195, de 8 de julho de 2022*. Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural... Brasília: Presidência da República, 2022.

- CARVALHO, Cristina Amélia; SILVA, Rosimeiri Carvalho da; GUIMARÃES, Rodrigo Gameiro. “Sistema Nacional de Cultura: a tradução do dinâmico e do formal nos municípios da região Sul”. *Cadernos Ebape.br*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, pp. 665-86, dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/FLZ8W3mPvFbTj34GcF3kkbF/?lang=pt>. Acesso em 28 jun. 2022.
- CRAVEIRO, Caroline; VAL, Ana Paula. “Cadastros culturais em tempos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc. *Boletim do Observatório da Diversidade Cultural*, Belo Horizonte, v. 89, n. 3, pp. 90-9, ago.-set. 2020. Disponível em: https://observatoriodadiversidade.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Boletim-V89-N-89-Agosto_2020.pdf. Acesso em: 10 set 2022.
- CUNHA, Lara Rúbia. *Estratégia de avaliação da implementação da Lei Aldir Blanc como Política Pública Emergencial de Cultura no município de Volta Redonda*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração Pública) – Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2021. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/23215/LARA_RÚBIA_CUNHA_TCC_E_TERMOS_DE_APROVAÇÃO_SEM_ASSINATURA.pdf. Acesso em: 27 jun. 2022.
- LOPES, Matheus Fernandes Alves; GARCIA, Rafael de Oliveira Guaranha. *Lei Aldir Blanc: formulação e aplicação no município de Franca*. formulação e aplicação no município de Franca. *Notas de trabalho*, Franca, n. 4, dez. 2020. Disponível em: https://www.franca.unesp.br/Home/ensino/pos-graduacao/planejamentoeanalisedepoliticaspUBLICAS/lap/2020-rafael-e-matheus_notas-4.pdf. Acesso em: 27 jun. 2022.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas; RUBIM, Iuri Oliveira.; VIEIRA, Mariela Pitombo. “Atores sociais, redes e políticas culturais”. Salvador: Convênio Andrés Bello/UFBA, 2005. Disponível em: http://www.cult.ufba.br/Artigos/atoressociais_redes_e_politicasculturais_catedra2005.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.
- SILVA JR., João Roque; LIMA DA CUNHA, Karina Poli. “O potencial das redes culturais: entrevista com Manuel Gama”. *Extraprensa*, São Paulo, v. 13, n. 1, pp. 292-305, dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/extraprensa2019.164988>. Acesso em: 30 jun. 2022.